

SUMÁRIO

Prefácio	13
Nota do Autor à 2ª edição	17

CAPÍTULO 1 **Focalização do Objeto, 21**

1.1. O direito tributário, o direito processual civil e os outros “direitos” como produtos de cortes metodológicos	23
1.2. O direito processual tributário como resultado da associação do fenômeno jurídico-tributário e do fenômeno jurídico-processual	25
1.3. Direito material <i>versus</i> direito processual	26
1.4. A compensação tributária em juízo	28

CAPÍTULO 2 **Norma Jurídica, 31**

CAPÍTULO 3 **O Processo de Realização do Direito, 37**

3.1. Definindo processo de realização do direito	39
3.2. Do valor ao fato relacional	41

CAPÍTULO 4

A Relação Jurídico-Tributária, 45

4.1. Palavras iniciais	47
4.2. Relação jurídico-tributária: obrigação tributária	47
4.3. Dissecando a obrigação tributária (da síntese à análise)	48
4.4. Qual o efetivo objeto da obrigação tributária? (o problema das penalidades pecuniárias)	51
4.5. O processo de formação da obrigação tributária (voltando à questão do processo de realização do direito)	54

CAPÍTULO 5

Crédito Tributário e Lançamento, 57

5.1. O crédito tributário como elemento da obrigação tributária	59
5.2. O nascimento do crédito tributário	59
5.3. O crédito tributário e o lançamento	60
5.4. As modalidades de lançamento	63
5.5. O peculiar “lançamento por homologação”	64

CAPÍTULO 6

Extinção da Obrigação Tributária, 69

6.1. Fenomenologia da extinção da obrigação tributária	71
--	----



6.2. A extinção da obrigação tributária no Código Tributário Nacional	72
6.2.1. Uma primeira advertência sobre o conteúdo do art. 156	72
6.2.2. Mais uma advertência sobre o art. 156	73
6.3. As modalidades do art. 156 em espécie: uma breve descrição	74
6.3.1. Pagamento	74
6.3.2. Compensação	75
6.3.3. Transação	75
6.3.4. Remissão	76
6.3.5. Decadência e prescrição	76
6.3.6. Conversão de depósito em renda	77
6.3.7. Pagamento antecipado e homologação do lançamento	78
6.3.8. Consignação em pagamento	79
6.3.9. Decisão administrativa irreformável e decisão judicial passada em julgado	80
6.3.10. Dação em pagamento em bens imóveis	81

CAPÍTULO 7

A Compensação Tributária como Forma de Extinção da Compensação Tributária, 83

7.1. Compensação: linhas gerais	85
7.2. Compensação tributária: principais peculiaridades	87



7.3. A compensação no contexto da relação jurídico-tributária	88
7.4. Crédito tributário versus débito do fisco: a compensação tributária não é apenas uma forma de extinção da obrigação tributária	89

CAPÍTULO 8

A Compensação Tributária como Forma de Extinção da Relação Débito do Fisco, 93

8.1. Palavras iniciais	95
8.2. Pagamento indevido: “fato gerador” da relação de débito do fisco	95
8.3. Extinção da relação de débito do fisco e suas modalidades	98
8.4. Compensação e execução (em sentido estrito) decorrente de repetição do indébito tributário	99

CAPÍTULO 9

A Norma que Constitui a Relação de Débito do Fisco, 105

9.1. Voltando, mais uma vez, à questão do processo de realização do direito	107
9.2. As normas geral e abstrata e individual e concreta na relação de débito do fisco: um primeiro contato	108



CAPÍTULO 10
“Liquidez” e “Certeza” do
Débito do Fisco, 113

- 10.1. A dicotomia *fato e evento* 115
- 10.2. Retrabalhando a questão das modalidades de extinção da relação de débito do fisco para enlaçá-la com os modos de constituição do fato jurídico do pagamento indevido e da correspondente relação 117
- 10.3. “Liquidez” e “certeza” do débito do fisco: um primeiro enfoque 120
- 10.4. “Liquidez” e “certeza” do débito do fisco: requisito ou pleonasma (crítica ao primeiro enfoque)..... 123
- 10.5. “Liquidez” e certeza do débito do fisco versus norma, competência e procedimento 125
- 10.6. “Liquidez” e “certeza” do débito do fisco: construção de outro enfoque .. 127

CAPÍTULO 11
Compensação Tributária em Crise (Conflito
de Interesses em Matéria de
Compensação Tributária), 137

- 11.1. A compensação tributária como fato relacional 139



11.2. A norma da compensação tributária ...	140
11.2.1. Revendo, em linhas gerais, as normas que proporcionam o surgimento da obrigação tributária e da relação de débito do fisco	141
11.2.2. Combinando as normas da obrigação tributária e da relação de débito do fisco para produzir a norma da compensação tributária	142
11.3. Norma jurídica individual e concreta e interpretação	145
11.4. Divergências quanto às normas construídas pela Administração e pelo contribuinte no contexto da compensação tributária	147

CAPÍTULO 12

Conceitos Processuais Essenciais, 149

12.1. Jurisdição e Estado de Direito	151
12.2. Jurisdição como dever estatal (o denominado “direito de ação”)	153
12.3. O direito de ação e o problema do acesso <i>efetivo</i> à jurisdição	155
12.4. Direito de ação <i>versus</i> direito material	156
12.5. Relação processual (ou processo)	158



CAPÍTULO 13

Classificação das “Ações” e Processo Tributário – Buscando Construir um Critério de Classificação para as “Ações Tributárias”, 165

13.1. A relação processual-tributária	167
13.2. Os denominados elementos identificadores da ação (processo)	169
13.3. Elementos identificadores da ação (processo) <i>versus</i> denominação das ações (processos).....	170
13.4. Classificação das ações (processos)	171
13.5. O critério da natureza da tutela jurisdicional (pedido).....	172
13.6. Ações (processos) em espécie (tomado o critério da natureza da tutela jurisdicional pretendida)	174
13.6.1. Ação (processo) de conhecimento	174
13.6.2. Ação (processo) de execução	177
13.6.3. Ação (processo) cautelar	178
13.7. O critério do procedimento	179
13.8. Classificação das ações (processos) no campo tributário	180

CAPÍTULO 14

Compensação Tributária e Processo: Análise de Questões Específicas, 185

14.1. Liminar em mandado de segurança e	
---	--

a compensação tributária	187
14.2. Liminar em cautelar e tutela antecipada e a compensação tributária .	198
14.3. O art. 170-A do Código Tributário Nacional	200
14.4. “Exceção de pré-executividade” e a compensação tributária	203
 BIBLIOGRAFIA	 211

